



REPÚBLICA
PORTUGUESA

GABINETE DO MINISTRO
DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Contrato Local de Segurança

Serpa, 27 de novembro de 2017

Tendo chegado ao Ministério da Administração Interna, nestas funções de ministro, há pouco mais de um mês, esta é para mim uma iniciativa que me deixa particularmente feliz, porque permite reunir, naquilo que é uma conjugação de objetivos quase perfeita, a quase totalidade das áreas e preocupações em que me tenho envolvido nestes 2 anos de Governo.

Este contrato local de segurança reúne um conjunto de prioridades que são para mim decisivas.

Por um lado, uma dimensão de afirmação da segurança como um valor fundamental para o país. Portugal é considerado, por avaliações internacionais, como o terceiro país mais seguro do mundo. Isso é essencial, antes de mais para os portugueses, para a consciência de tranquilidade, de vida em comunidade, mas também é fundamental para a economia, porque só um país seguro atrai turistas, só um país seguro atrai investidores, só um país seguro atrai novas populações. E queremos continuar a sê-lo. Esse é o papel decisivo, antes de mais, das forças de segurança. Mas a segurança, não é uma responsabilidade exclusiva, neste caso da GNR ou do SEF ou em espaços urbanos como poderá ser a PSP. A segurança é uma responsabilidade de todos, esta dimensão da proximidade é afirmada neste projeto, com envolvimento muito direto da autarquia local, do município de Serpa e das suas várias Juntas de Freguesia. Todos têm um papel na construção de uma comunidade segura e de uma comunidade inclusiva.



Este projeto só faz sentido porque é um resultado daquela que foi a mais profunda transformação na economia do Baixo Alentejo em muitas décadas. A decisão de construção da Barragem do Alqueva e aquela que foi a dimensão estrutural do papel do regadio alteraram significativamente a economia do Baixo Alentejo. A decisão trouxe para aqui áreas novas de investimento, trouxe um papel renovado, sobretudo da olivicultura na parte norte do concelho de Serpa, e com isso alterou-se totalmente aquilo que são as perspetivas demográficas deste município e desta região. O Alqueva significa uma aposta estratégica no novo Alentejo. Um Alentejo em que a agricultura, o turismo, a valorização do património são âncoras para a criação de um novo tempo de esperança.

E assim passamos àquilo que justifica este contrato com características muito especiais. Este é o primeiro Contrato Local de Segurança que se centra muito, naquela que é a capacidade de integrarmos bem, recebermos bem migrantes. Compreendendo que isso constituiu um desafio novo para as próprias populações, de um concelho que hoje tem 15 mil habitantes e que sobretudo, neste período em que está a terminar a apanha da azeitona, acaba por ter aqui cerca de 5 mil trabalhadores temporários, oriundos de outras regiões do mundo.

E esta iniciativa cruza-se com aquilo que foram as minhas responsabilidades, quando tinha a tutela política do Alto Comissariado para as Migrações: a preocupação em que Portugal também fosse conhecido como um dos países que, a nível europeu, melhor acolhe imigrantes, melhor integra imigrantes. Essa continuará a ser uma prioridade da ação do Governo.

Nós temos hoje, face aquilo que são as características demográficas de Portugal, a necessidade de fixar no Baixo Alentejo aqueles que aqui são originários, criar-lhes aqui condições de vida, trazer de volta às suas origens alguns serpenses que partiram. Mas temos também de atrair novas populações. E isso passa estrategicamente, a médio e a longo prazo, pela atração e fixação de comunidades imigrantes. Estamos a fazer, quer em Serpa, quer em Odemira, experiências distintas, mas que se cruzam neste esforço comum de reforço das condições de acolhimento e de integração.



REPÚBLICA
PORTUGUESA

GABINETE DO MINISTRO
DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Há outra prioridade do Governo: a dignidade do trabalho. Nós queremos trabalho com direitos, trabalho reconhecido, trabalho que é um fator de valorização e de promoção pessoal. Queremo-lo, antes de mais, como é natural, para os cidadãos portugueses, em todas as áreas profissionais. Mas não podemos por isso aceitar - e temos de fazer esse trabalho com estruturas da área do emprego, com estruturas da autoridade das condições de trabalho, que são nossos parceiros nesta ação - não poderemos jamais admitir que o trabalho que, utilizando trabalhadores permanentes ou sazonais estrangeiros, seja um trabalho que possa ser minimamente associado a fenómenos de tráfico de seres humanos, ou mesmo de exploração, violando aquilo que são as regras e as garantias dos direitos dos trabalhadores.

Esta estratégia de segurança, de respeito pelos direitos dos migrantes, da aposta no desenvolvimento, faz do Baixo Alentejo uma economia de oportunidade, dá ao interior a esperança, sempre com esta salvaguarda dos direitos.

E por isso, os parceiros locais são fundamentais, porque estes conceitos podem ser bem definidos, bem construídos, mas se não tiverem o envolvimento da comunidade local, das juntas de freguesia, se não conseguirmos estabelecer o diálogo com associações de migrantes que se venham a constituir, teremos muita dificuldade em levar à prática estes princípios que motivam este contrato.